



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**22/10/2015**

# INDICE

---

1. JORNAL AGORA SANTA INÊS	
1.1. COMARCAS.....	1
1.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	2
1.3. JUÍZES.....	3 - 6
1.4. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	7
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. COMARCAS.....	8 - 9
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. ANIVERSÁRIO DO TJMA.....	10
3.2. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	11
3.3. DECISÕES.....	12 - 13
3.4. JUÍZES.....	14
3.5. VARA CÍVEL.....	15 - 17
4. JORNAL EXTRA	
4.1. ANIVERSÁRIO DO TJMA.....	18
4.2. COMARCAS.....	19
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. DECISÕES.....	20
5.2. PRESIDÊNCIA.....	21 - 22
5.3. VARA CÍVEL.....	23
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. ANIVERSÁRIO DO TJMA.....	24 - 25
6.2. DECISÕES.....	26 - 27
6.3. JUÍZES.....	28 - 29
6.4. PRECATÓRIOS.....	30
6.5. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	31

ARAME

## Acusado de tráfico de drogas é condenado a dez anos e oito meses de reclusão

Em sentença assinada ontem, sexta-feira (16), a titular da Comarca de Arame, juíza Selecina Henrique Locatelli, condenou o réu Edson Candido da Silva a dez anos e oito meses de reclusão em regime inicialmente fechado, além de pagamento de 1.200 (um mil e duzentos) dias-multa pelos crimes de tráfico e associação para o tráfico de drogas. Preso em flagrante desde o último dia 09 de abril, o réu teve a prisão preventiva decretada na sentença.

A sentença judicial atende à Ação Penal movida pelo Ministério Público Estadual contra o acusado. De acordo com a ação, no dia 09 de abril, por volta das 9h30, no Povoado Palmeirinha (Arame), o réu foi preso após ser surpreendido em uma plantação de 50 mil pés de maconha. Outros 4,3 kg da droga foram encontrados em um depósito mantido pelo réu juntamente com outros dois acusados, conhecidos como Nenzinho e Cosme. De acordo com o MPE, “os acusados associaram-se, de forma permanente, em comunhão de vontade e conjunção de esforços”.

Nenzinho e Cosme encon-

tram-se foragidos, o que determinou o desmembramento do processo para que os acusados sejam citados por edital.

Plantação - Para a juíza, “a materialidade e a autoria delitiva estão devidamente comprovadas pelo auto de constatação provisória em vegetal, bem como por Laudo Definitivo de Exame Químico em Substância Vegetal e ratificação pelos depoimentos ouvidos em Juízo”.

Depoimentos de policiais que prenderam o réu confirmam que Edson foi encontrado no local da plantação de maconha, da qual o mesmo tomava conta. Os policiais relatam também que três sacos de maconha colhida estavam em poder do réu na ocasião. Ainda de acordo com os depoimentos, Edson teria dito que a plantação pertencia a Nenzinho, mas que ele (Edson) sabia que se tratava de maconha.

De acordo com a magistrada, as provas contidas no auto “indicam que o acusado, conscientemente, com mais duas pessoas, de forma permanente, se associaram numa verdadeira indústria do crime, com tarefas específicas para cada indivíduo”.

A juíza destaca ainda a elevada quantidade de drogas apreendida em poder do acusado (4,3kg), e o cultivo de cinco mil pés de maconha, o que, segundo ela, evidenciam as atividades criminosas desenvolvidas pelo réu.

O registro de antecedentes criminais em relação ao réu determinou a majoração da pena para o crime de tráfico, fixada inicialmente em cinco anos de reclusão e aumentada em um terço, totalizando seis anos e oito meses de reclusão.

Mesma majoração se deu em relação à pena pelo crime de associação para o tráfico, inicialmente fixada em três anos de reclusão e aumentada em um terço em função da reincidência, o que totalizou quatro anos de reclusão. As penas foram unificadas, resultando na pena definitiva de dez anos e oito meses de reclusão.

**CURTAS****54 dos 337 presos liberados no Dia das Crianças não voltaram**

*Por OSWALDO VIVIANI*

A juíza Ana Maria Almeida Vieira, titular da 1ª Vara de Execuções Penais e corregedora dos presídios, informou na manhã de hoje (16) que 54 dos 337 presos do Complexo Prisional de Pedrinhas beneficiados com a saída temporária do Dia das Crianças (12 de outubro) não voltaram para o sistema penitenciário. O total dos presos que não regressaram representa 17% dos que saíram.

Os presos saíram na sexta-feira (9) e deveriam ter regressado ao sistema ontem (quinta-feira, 15).

A juíza afirmou que os presos que não voltaram já são considerados foragidos da Justiça.

Eles serão punidos com a regressão do regime e a suspensão de eventuais benefícios.

## **Câmara de Santa Inês vai ao povoado Bom Jesus e realiza sessão itinerante**



— *Página 3* —

# Câmara de Santa Inês vai ao povoado Bom Jesus e realiza sessão itinerante

*Vereadores se reuniram para ouvir a comunidade da zona rural*



**A reunião semanal da Câmara de Vereadores de Santa Inês foi realizada nesta sexta-feira (16), no povoado Bom Jesus, zona rural do município**

A reunião semanal da Câmara de Vereadores de Santa Inês foi realizada nesta sexta-feira (16), no povoado Bom Jesus, zona rural do município, atendendo uma solicitação do vereador Ademazinho. Dez vereadores compareceram a sessão itinerante que aconteceu na escola Municipal Déco Muniz.

O Presidente do Legislativo, vereador Orlando Mendes, iniciou os trabalhos agradecendo a receptividade dos moradores e explicando a importância de es-

tar percorrendo os povoados de Santa Inês, ouvindo e tentando atender as necessidades de cada comunidade. "É com muita alegria que estamos hoje neste povoado, vamos ouvir atentamente as reivindicações e fazer um relatório para encaminhar ao prefeito do município, é dessa forma que estamos trabalhando, a cada semana visitando uma localidade e vamos cobrar as melhorias que o povo anseia". Pontuou Mendes.

Na pauta do dia entraram

os Decretos Legislativos nº 12, 13 e 14/2015, de autoria da mesa diretora, do vereador Orlando Mendes e vereador Madeira de Melo, outorgando títulos de cidadania para o juiz de direito Cristóvão Sousa Barros, Joacy Santos Lima, e Manoel Mendonça de Freitas. Vários requerimentos e indicações também foram votados e aprovados na sessão, os vereadores pediram melhorias no atendimento do hospital público do município e postos de saúde da sede e zona rural, pavi-

mentação asfáltica para estradas e recuperação de ruas, muitas intrafegáveis, reforma de escolas, até um mercado para atender a comunidade do Bom Jesus, foi requerido pelo vereador Ademazinho.

O povoado de quase mil habitantes ficou movimentado com a presença da Câmara de vereadores, a comunidade fez questão de acompanhar as discursões, e lotou o pátio da escola Déco Muniz.

Gilcélia Marques - Assecom Câmara

## Prefeitura inicia Regularização Fundiária em Santa Inês

*Equipes estão nos bairros coletando os dados dos imóveis para emissão e entrega dos títulos definitivos*

A onda de terrenos e imóveis sem documentação está com os dias contados em Santa Inês. Isso porque a Prefeitura começou a proceder a Regularização Fundiária do Município. Na verdade, há um bom tempo que as equipes da prefeitura iniciaram o processo de cadastramento em alguns bairros, porém a emissão de documentos, de fato, inicia-se a partir deste mês.

De acordo com a coordenação da equipe responsável pela regularização fundiária no município, o processo burocrático para se colocar em prática a regularização fundiária ocorreu durante todo o primeiro semestre deste ano, sendo que a partir de abril o Município se habilitou a iniciar a regularização na prática.

No mês de abril deste ano (mais precisamente no dia 9),

a Prefeitura de Santa Inês realizou uma audiência pública que debateu sobre os trâmites para o início da regularização fundiária. Estiveram presentes no encontro a juíza corregedora do Tribunal de Justiça do Maranhão, Oriana Gomes; o juiz da Comarca de Santa Inês, Cristóvão Sousa Barros; o promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Inês, Sandro Carvalho Lobato de Carvalho; o especialista em Regularização Fundiária, Lourival da Silva Ramos Júnior, entre outros.

À época, a juíza Oriana Gomes destacou a importância da colaboração da população no processo de regularização fundiária. “Os moradores serão os principais beneficiados, mas é necessário que eles colaborem, recebendo os técnicos da Prefeitura e facilitando o acesso a informações

sobre cada imóvel”, ressaltou a magistrada.

### **A REGULARIZAÇÃO**

Após todos os trâmites que deram legalidade ao processo de Regularização Fundiária, a gestão municipal realizou ainda outras audiências e encontros nos bairros, inclusive lançando o Programa “Casa da Gente”, que dá uma visão



Equipe da prefeitura coleta dados para a emissão dos títulos definitivos



Em abril a juíza deu o aval para a emissão dos documentos pela Prefeitura de Santa Inês

mais detalhada aos detentores da posse dos terrenos e orienta sobre a importância da regularização dos imóveis.

Feito isso, as equipes já estão em campo, preenchendo os formulários que gerarão o processo para a emissão do título definitivo de cada imóvel. Os primeiros bairros a serem visitados são Nova Canaã (invasão Vila Cefet); Coheb, Vila

Conceição e bairros adjacentes.

Atendendo a determinação do gestor municipal, o Departamento de Comunicação da Prefeitura está colocando propaganda volante, orientando aos detentores de posse de imóveis a receberem as equipes que estão realizando a regularização da documentação dos imóveis.

No mês passado, durante a lançamento do programa “Casa da Gente, o prefeito Ribamar Alves esclareceu que “o título definitivo é a garantia da propriedade do imóvel, onde quem fizer a documentação vai poder dizer que mora no que é seu de fato e direito”, diz o prefeito Ribamar Alves.

(FOTOS: MAGNO LIMA)

# Justiça do Maranhão suspende prazo de validade de concurso para Segurança Pública

*O prazo de validade do certame encerraria no dia 26 de dezembro de 2015*



Foto – Ilustrativa

A Justiça do Maranhão determinou, em caráter liminar, a suspensão imediata do prazo de validade do concurso público, regido pelo edital nº 2, de 10 de outubro de 2012, para provimento de vagas nos cargos de auxiliar de perícia médica legal, escrivão de polícia, farmacêutico legista, investigador de polícia, médica legista, odontologista e perito criminal. O prazo de validade do certame encerraria no dia 26 de dezembro de 2015.

A Justiça determinou também que sejam tomadas as providências para oferta do Curso de Formação e Investigação Social aos candidatos aprovados até a terceira fase da 2ª etapa. As medidas devem ser tomadas no prazo de 45 dias. Em caso de

descumprimento, foi fixada multa diária de R\$ 10 mil.

A decisão foi tomada após o Ministério Público do Maranhão ajuizar Ação Civil Pública contra o Estado do Maranhão. Formulou a Ação a titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Fundamentais de São Luís, Márcia Lima Buhatem. A decisão foi proferida pelo juiz Clésio Coelho Cunha, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos.

Segundo o edital nº 2, o certame seria dividido em duas etapas: a primeira, compreendida por prova objetiva, prova discursiva, prova prática (para o cargo de escrivão de polícia) e títulos. Já na segunda etapa, seriam feitos os testes de aptidão física, psicotécnico, exame médi-

co e odontológico, além do Curso de Formação e Investigação Social. No entanto, o edital nº 21, de 29 de maio de 2013 limitou o número de aprovados a participar do curso. Dessa forma, para o cargo de investigador de polícia, 134 candidatos aprovados até a terceira fase da segunda etapa foram impedidos de avançar à próxima fase. No cargo de escrivão de polícia, esse número chegou a 23 e, entre os auxiliares de perícia médica legal, oito.

De acordo com o MP-MA, o edital nº 21, que retificou o edital nº 2, restringindo o quantitativo de candidatos à participação no Curso de Formação e Investigação Social, comprometeu significativamente a lisura do procedimento, porque a criação de critérios de classificação, criados de última hora, é conduta ofensiva aos princípios da moralidade administrativa e da isonomia.

A promotora argumentou, na ação, que o edital original do concurso não estabeleceu norma limitadora sobre a convocação para o curso de formação. Somente no edital posterior foi inserido o item ilegal que limita a quantidade de candidatos para participação no curso.

# **Pai é preso acusado de estuprar as filhas**

**A PC de Cururupu cumpriu, na tarde da última terça-feira (20), um mandado de prisão preventiva contra um homem identificado como Jorge Silva Gomes, de 33 anos. Ele é suspeito de ter estuprado suas duas filhas biológicas, de 11 e 12 anos, respectivamente.**

**PÁGINA 10**

## Pai é preso acusado de estuprar as filhas

A Polícia Civil do município de Cururupu cumpriu, na tarde da última terça-feira (20), um mandado de prisão preventiva contra um homem identificado como Jorge Silva Gomes, de 33 anos. Ele é suspeito de ter estuprado suas duas filhas biológicas, de 11 e 12 anos, respectivamente.

De acordo com o delegado titular de Cururupu, Cesar Ferro, o homem foi indiciado por estuprar as próprias filhas por diversas vezes. O crime aconteceu em um estabelecimento comercial na cidade de Cururupu, onde o suspeito foi preso pela própria polícia.

De acordo com as informações do delegado, a polícia conseguiu chegar até o acusado, por meio de uma denúncia anônima. Segundo o delegado, “a denúncia dos abusos vinham acontecendo desde o ano de 2002 contra a filha mais velha de 13 anos. Já contra a filha de 11 anos, ele já vinha aliciando a menor com abusos”, explicou o delegado.

O delegado Rafael Faria Domingos, responsável pelo inquérito que está em fase de conclusão, disse que após realizar exames de corpo de delito na vítima, foi confirmada a conjunção carnal na criança.

O cumprimento de mandado de prisão foi expedido pelo juiz Douglas Lima da Guia, da Comarca de Cururupu. Jorge Silva Gomes foi autuado por estupro de vulnerável e acúmulo material.

## Comemoração

Em comemoração aos seus 202 anos de instalação, no dia 4 de novembro, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) homenageará magistrados, servidores e personalidades que prestaram relevantes serviços à Justiça.

A homenagem se dará com a entrega das medalhas Bento Moreira Lima, Cândido Mendes e Antônio Rodrigues Vellozo.

Além dos magistrados, promotores de justiça, procuradores, membros da Justiça Federal e da Justiça Eleitoral participarão do evento.

## RÁPIDAS

### Reunião tratará do Casamento Comunitário

Uma reunião que acontece hoje, a partir das 14h, no Centro de Convenções da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no Bacanga, ultima os preparativos da Corregedoria Geral da Justiça para o casamento comunitário que a instituição promove no espaço na próxima sexta-feira, 23, a partir das 18h, quando 1.387 casais oficializam a união. Uma espécie de "ensaio geral" para o evento.



**ESTADO  
MAIOR**

TJ voltará a ter todos  
os desembargadores  
no Pleno. **POLÍTICA 3**

## De volta ao Pleno

Os desembargadores do Tribunal de Justiça (TJ) do Maranhão decidiram unanimemente ontem, em sessão administrativa, extinguir o Órgão Especial e retornar às sessões de julgamento pelo Plenário da Corte com a totalidade dos desembargadores.

Para tanto, encaminharam projeto de lei para a apreciação da Assembleia Legislativa, que, depois de votado, será encaminhado para a sanção do Executivo.

O Órgão Especial foi criado pela Lei Complementar nº160/2013 e é composto por 15 membros do Judiciário. Pelo formato, o presidente e o corregedor são membros natos.

Com a mudança proposta, todos os desembargadores poderão voltar a participar ativamente das decisões do tribunal.

O problema, contudo, vai além da participação ou não da totalidade dos membros da Corte. O modelo do Órgão Especial estava, na verdade, sobrecarregado.

A criação do colegiado – que tinha como objetivo central dar celeridade no julgamento de processos - acabou dividindo os magistrados em duas alas e criou uma série de problemas.

Uma delas dizia respeito à falta de quórum em algumas sessões. O desembargador Lourival Serejo chegou a criticar o modelo no início do ano. Para ele, a criação do colegiado havia sido um equívoco.

Se por um lado os 15 membros do Órgão Especial alcançavam maior visibilidade, o mesmo não ocorria com os integrantes das Câmaras Reunidas, que atuam em regime de revezamento. Um ponto da insatisfação.

No atual modelo, o Pleno só se reúne elege a Mesa Diretora, desembargador, diretor da Escola da Magistratura e membros da Justiça Eleitoral. Antes disso, o Pleno, com 27 desembargadores, possuía uma atribuição mais ampla. Esse é outro ponto.

Ontem, logo após a decisão do TJ de extinguir o colegiado, a presidente do TJ, desembargadora Cleonice Freire, afirmou que, com a mudança, a participação de todos os membros da Corte acabará “enriquecendo as decisões”.

Foi o desfecho para imbróglio que já se arrastava desde 2014.

**Com a mudança proposta, todos os magistrados poderão voltar a participar das decisões do TJ**

# MP impede posse de 4 conselheiros tutelares

Há denúncia de irregularidades na candidatura dos quatro membros eleitos para a entidade em Pio XII

**A**colhendo pedido de Ação Civil Pública para declaração judicial de inidoneidade, ajuizada pelo Ministério Público do Maranhão, a Justiça determinou, em caráter liminar, na segunda-feira, 19, que as candidatas Ivanice Maria de Lima Silva, Maria Rita Pereira, Nádia Silva e Thalita Carulina do Nascimento e Nascimento, eleitas para o Conselho Tutelar de Pio XII, não tomem posse, enquanto a ação não for julgada definitivamente. O município de Pio XII fica localizado a 270 km de São Luís.

Consta nos autos que as candidatas, eleitas para o Conselho Tutelar de Pio XII, utilizaram condu-

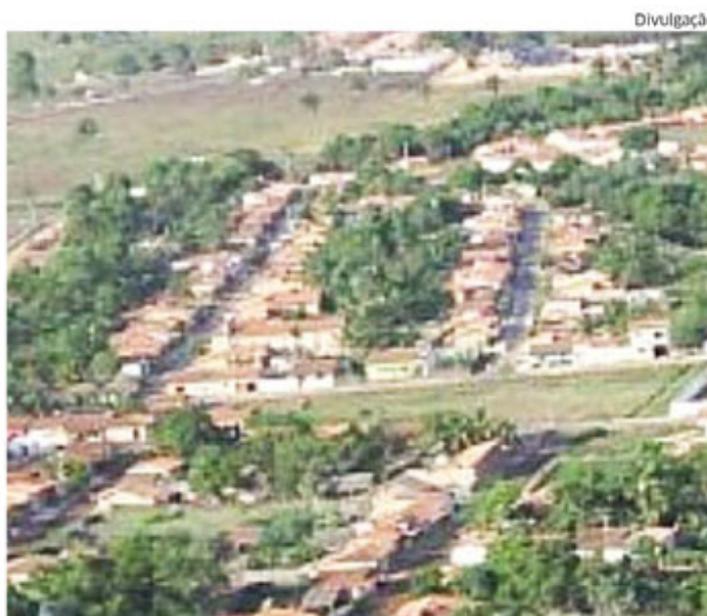
tas vedadas e ilícitas para obter a eleição ao cargo, violando o processo eleitoral.

Propôs a ação o promotor de

**Posse ocorrerá só após o julgamento da ação**

**Há denúncia de pedido de votos por entidade**

justiça Diógenes Portela Sabóia Soares Torres. Proferiu a decisão o juiz Raphael Leite Guedes.



Divulgação

Município de Pio XII; eleição para o Conselho Tutelar teve denúncias

## MAIS

### Multa por não cumprimento

Em caso de descumprimento, foi determinado que o prefeito e o presidente do Conselho Tutelar paguem multa diária de R\$ 5 mil, além da responsabilização criminal por desobediência e caracterização de ato de improbidade administrativa.

Na decisão, o juiz confirmou a existência de fortes indícios que as candidatas Maria Rita Pereira, Nádia Silva e Thalita Nascimento formaram uma chapa, tendo se vinculado à entidade Colônia dos Pescadores para garantir a eleição, caracterizando prática de abuso de poder político e institucional durante o processo de escolha dos conselheiros.

Ivanice Maria de Lima Silva recebeu apoio do presidente e membro integrante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), inclusive com pedido de votos e promoção da candidatura. "São fatos graves que merecem guarida [acolhimento] pelo Poder Judiciário", afirmou o juiz. ●



## Ocupantes ilegais são retirados de terreno

Área localiza-se ao lado da sede do Sampaio Corrêa. Operação começou no início da manhã, com trator derrubando casebres (foto), e não houve resistência dos invasores, que no dia anterior haviam feito manifestação em avenida para permanecer no local. CIDADES 2

# Cumprida reintegração de posse em terreno invadido no Miritiua

Terreno está localizado ao lado da sede do time do Sampaio Corrêa; operação começou no início da manhã e não houve resistência dos invasores, que no dia anterior fizeram manifestação em avenida para permanecer no local

**A** Polícia Militar (PM) deu apoio, na manhã de ontem, à ação judicial de reintegração de posse em um terreno localizado ao lado da sede do Sampaio Corrêa, na região do Miritiua, em São Luís. Diversas pessoas haviam ocupado ilegalmente o espaço, erguendo casebres na localidade, que foram todos derrubados na atividade realizada ontem.

A reintegração de posse foi determinada pela 2ª Vara Cível de São José de Ribamar. Na terça-feira, dia 20, os invasores promoveram uma manifestação e interditaram a Avenida General Arthur Carvalho, em protesto contra a reintegração de posse.

O terreno fica localizado à margem da via, conhecida como Avenida Sampaio Corrêa, e segundo os moradores das proximidades o terreno estava abandonado há anos e a área tomada pelo mato servia como esconderijo para marginais, consumo de drogas, desova de cadáveres e prática de outros crimes, como assaltos e estupros.

## Retirada

Mais de 300 homens do 8º Batalhão de Polícia Militar (8º BPM) participaram da atividade. Além disso, oficiais da Ronda Ostensiva Tático Móvel (Rotam), Batalhão de Choque (BP Choque), Grupo Tático Aéreo (GTA), Companhia de Polícia Militar Rodoviária Independente (CPRV Ind) e Corpo de Bombeiros deram apoio na atividade.

A derrubada começou por volta

de 8h e, quando a atividade se iniciou, a maioria das famílias já havia deixado o local, restando apenas algumas que estavam retirando seus pertences de dentro dos casebres.

Dessa vez, não foi registrado confronto entre os invasores e a Polícia Militar e a desocupação do terreno transcorreu de forma pacífica. Escavadeiras foram utilizadas para fazer a derrubada dos diversos casebres erguidos no local pelos invasores. A Polícia Militar permaneceu na área durante todo o dia,

## Terreno estava abandonado, dizem moradores

até que as construções fossem destruídas.

## Tentativa

Em agosto deste ano, uma tentativa de reintegração do mesmo terreno terminou em tragédia. Um jovem de 19 anos, identificado como Fagner Barros Santos, foi morto com um tiro e, na ocasião, outra pessoa foi alvejada por um disparo.

Na ocasião, os moradores ficaram revoltados com a situação e afirmaram que a Polícia Militar havia agido de maneira covarde e usando força de forma desproporcional. Após a operação, as armas dos policiais que participaram da atividade foram recolhidas para a análise pericial. Foi instaurado um

inquérito para apurar o caso e o resultado ainda não foi divulgado.

O corpo Fagner Barros foi removido para o Instituto Médico Legal (IML), no Bacanga, para fazer exames periciais, que foram anexados ao inquérito, coordenado pela equipe da Delegacia de Homicídios. ●

## LIMINARES

### Sobre a reintegração de posse

Dias depois da tentativa de reintegração de posse que terminou com a morte de Fagner Barros Santos, a juíza Ticiany Gedeon Maciel Palácio, da 2ª Vara Cível de São José de Ribamar, suspendeu a liminar que foi concedida em favor da requerente Hispamix Brasil Investimentos LTDA e que garantia a reintegração ainda no início de agosto. Em sua decisão, uma das causas apontadas para a suspensão da reintegração foi a morte de Fagner Barros. Ainda no mesmo mês, a juíza deferiu o pedido de liminar de reintegração de posse, determinando a reintegração da área ocupada. A decisão ressaltava ainda o uso da força policial, devendo ser utilizada com a observância do Manual de Diretrizes Nacionais.

Binê Moraes



Casebres construídos em terreno no Miritiua são destruídos por retroescavadeira, em ação de reintegração de posse cumprida ontem

## TJMA comemorará 202 anos de fundação com entrega de medalhas

Em comemoração aos seus 202 anos de instalação, no dia 4 de novembro, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) – a terceira mais antiga Corte do país – homenageará magistrados, servidores e personalidades que prestaram relevantes serviços à Justiça com as medalhas Bento Moreira Lima, Cândido Mendes e Antônio Rodrigues Vellozo.

A “Medalha dos Bons Serviços Bento Moreira Lima” é destinada a magistrados maranhenses com 10 e 20 anos de anos de serviço no Judiciário. Com 20 anos, serão condecorados os juízes José dos Santos Costa e José Brígido da Silva Lages. Pelos 10

anos de serviço, receberão a medalha Gláucia Helen Maia de Albuquerque, Lucio Paulo Fernandes Soares, Débora Jansen Castro Trovão, Nirvana Maria Mourão Barroso, Pedro Guimarães Júnior, Jerusa de Castro Duarte Mendes Fontenele Vieira, Ana Gabriela Costa Everton e Edilza Barros Ferreira Lopes Viégas. A concessão foi aprovada durante a sessão administrativa do Órgão Especial desta quarta-feira (21).

Outras 23 personalidades e autoridades receberão as medalhas “Cândido Mendes” e “Antônio Rodrigues Vellozo”, em reconhecimento pela prestação de relevantes serviços à Justiça.

## Pai é preso acusado de estuprar as filhas em Cururu

A Polícia Civil do município de Cururu cumpriu, na tarde da última terça-feira (20), um mandado de prisão preventiva contra um homem identificado como Jorge Silva Gomes, de 33 anos. Ele é suspeito de ter estuprado suas duas filhas biológicas, de 11 e 12 anos, respectivamente. De acordo com o delegado titular de Cururu, Cesar Ferro, o homem foi indiciado por estuprar as próprias filhas por diversas vezes. O crime aconteceu em um estabelecimento comercial na cidade de Cururu, onde o suspeito foi preso pela própria polícia. De acordo com as informações do delegado, a polícia conseguiu chegar até o acusado, por meio de uma

denúncia anônima. Segundo o delegado, “a denúncia dos abusos vinham acontecendo desde o ano de 2002 contra a filha mais velha de 13 anos. Já contra a filha de 11 anos, ele já vinha aliciando a menor com abusos”, explicou o delegado.

O delegado Rafael Faria Domingos, responsável pelo inquérito que está em fase de conclusão, disse que após realizar exames de corpo de delito na vítima, foi confirmada a conjunção carnal na criança.

O cumprimento de mandado de prisão foi expedido pelo juiz Douglas Lima da Guia, da Comarca de Cururu. Jorge Silva Gomes foi autuado por estupro de vulnerável e acúmulo material.

## JUSTIÇA

## TJMA decide extinguir Órgão Especial

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em sessão administrativa de ontem, decidiram unanimemente extinguir o Órgão Especial para retomar as sessões de julgamento pelo Plenário da Corte – com a totalidade dos desembargadores. O Projeto de Lei segue para apreciação da Assembleia Legislativa e posterior sanção governamental, período no qual as sessões permanecem no formato do Órgão Especial.

O Órgão Especial foi criado pela Lei Complementar nº 160/2013. É composto por 15 membros e reúne-se com a presença de, no mínimo, nove desembargadores, com o presidente e o corregedor enquanto membros natos. Com a mudança, todas as atribuições e competências administrativas e jurisdicionais transferidas ao

Órgão Especial serão retomadas pelo Plenário do TJMA.

A proposta de extinção foi feita por um grupo de desembargadores e aclamada na sessão, sob os argumentos de garantir a participação de todos nas decisões administrativas e jurisdicionais de interesse da sociedade e do próprio Tribunal de Justiça.

A presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, defendeu a participação de todos os membros da Corte nas discussões e decisões que definem o destino do Judiciário. “A experiência de todos os membros da Corte vão enriquecer as decisões”, frisou. O desembargador José Luiz Almeida disse que o objetivo é atender às demandas da sociedade e sugeriu a adoção de medidas para que as sessões plenárias funcionem com maior agilidade e fluidez.

## Bastidores

*A carta do futuro presidente do Tribunal aos juízes foi iniciada com uma frase universal que deveria estar colada em letras garrafais nas mesas de trabalho de todos os magistrados. “Não há paz sem Justiça.”*

---

## BASTIDORES

**Raimundo Borges**

borges@pacotilha.com.br



### 'Não há paz sem Justiça'

*Será uma missão difícil, porém desafiadora. O importante é que existem características fundamentais no perfil de quem se propõe a protagonizar uma verdadeira quebra de paradigmas no Judiciário maranhense, dentre as quais destacam-se: compromisso com a distribuição da justiça e humildade.*

*Foi esse o perfil revelado pelo desembargador Cleones Cunha logo após ser aclamado presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão. O recado foi dado não em forma de discurso protocolar, mas sim por meio do Ofício 12/2015, encaminhado a todos os juízes que compõem o Poder Judiciário Estadual. Chamo de ofício porque seguiu os ritos burocráticos, enviado por email via Digidoc, mas, pela simplicidade nas palavras do remetente, prefiro chamar de carta.*

*A carta do futuro presidente do Tribunal aos juízes foi iniciada com uma frase universal que deveria estar colada em letras garrafais nas mesas de trabalho de todos os magistrados. "Não há paz sem Justiça". Ele prosseguiu afirmando que a prioridade que se impõe à sua gestão é a valorização da prestação jurisdicional de Primeira Instância. Disse, também, que não pode prescindir da participação de cada um dos juízes na solução das deficiências.*

*Em outras palavras, o que o desembargador Cleones Cunha quis deixar bem claro aos destinatários de sua missiva é que a sua administração será focada na valorização dos juízes e que muito mais do que comandar, ele pretende aprender. E espera contar com o apoio e sugestões para continuar a elaboração de um plano de gestão para o Judiciário Estadual maranhense.*

*É grave a situação econômica do Brasil, que repercute no Poder Judiciário, inclusive o do Maranhão. E o futuro presidente do Tribunal sabe dos entraves que terá que enfrentar para implementar as ações a que se propõe. Da mesma forma que é ciente da importância do 1º Grau de Jurisdição, grande pilar da Justiça e do qual resulta a própria segurança jurídica da Nação.*

*Porém, para vencer os entraves que terá pela frente e consolidar a missão a que se propõe, o desembargador Cleones Cunha terá que quebrar antigos paradigmas para dar lugar à nova forma de gestão pública no Judiciário maranhense e um deles é acabar de vez com o fosso histórico que existe entre a 1ª e a 2ª Instâncias da Magistratura. Este será o seu maior desafio. É só aguardar.*

## SAMPAIO CORRÊA



Batalhão de Choque da Polícia Militar garantiu a segurança no local

# Ação de reintegração de posse é cumprida no Turu

Cerca de 350 homens da Polícia Militar, tropa de choque e bombeiros fizeram parte da operação de reintegração de posse na sede do Sampaio, na manhã de ontem (21).

Na última terça-feira (20), os moradores da Vila Luizão fizeram um protesto contra a liminar que foi concedida pela Justiça para reintegrar a posse do terreno do Sampaio. A causa da invasão é a disputa pela terra, a qual os moradores asseguram ter direito.

A ocupação tinha em torno de mais 300 casebres, mas só cerca de 10% estavam ocupados por moradores. Segundo o coronel Deça Mendes, do 8º Batalhão de Polícia Militar do Maranhão, "o planejamento de segurança foi feito para que não houvesse nenhum tipo de resistência por parte da população. Cerca de 350 policiais militares de todas as unidades, choque, esquadrão de polícia montada e bombeiros encontram-se aqui, com o intuito de evitar o mínimo de conflito possível. Por enquanto, não houve nenhum tumulto".

O secretário de Segurança Pública do Maranhão, Jefferson Portela, esclarece de que forma a Secretaria de Segurança atuou em relação ao assunto: "Em primeiro lugar, é uma ação judicial, mas a secretaria de direitos humanos conversou com a comissão de moradores da região, não desta área, mas sim de áreas próximas que estão tentando conseguir de alguma forma um terreno, que a invasão não foi aceita pelo Poder Judiciário, e deferiu uma liminar de reintegração de posse, mas, mesmo pra esse cumprimento, o governo do estado teve o cuidado de antes da entrada da execução da medida cumprir todo o regramento para harmonizar o cumprimento da decisão judicial. E isso foi feito", afirma.

Ainda segundo o secretário "Foi feita a retirada das madeiras de marcação dos terrenos, mas com toda normalidade. Na área da reintegração, não há problema de insistência da população. A polícia está dando garantia à promotora e aos oficiais de justiça que acompa-

## A LIMINAR

A liminar para reintegração do Centro de Treinamento do Sampaio Corrêa foi concedida pela justiça. O processo foi assinado e protocolado pela juíza Ticiany Gedeon Maciel Palácio. Na decisão, a juíza cita problemas causados, que o Sampaio tem vivido devido à invasão. A juíza se refere à parte atrás ao CT e, coloca com prioridade a reintegração das proximidades a sede do clube, pelos treinamentos do Sampaio, que estão sendo ameaçadas. No início, a liminar era a favor dos ocupantes, mas acabou sendo revogada. Na nova decisão, Ticiany Gedeon relata os motivos para a revogação da liminar anterior.

nam a desocupação e segue normalmente o cumprimento da lei e da decisão judicial".

Uma das moradoras e também presidente da associação de moradores da Vila Luizão, Maria Conceição de Jesus, afirma: "Não ficaremos parados, iremos correr atrás do que queremos. Nós não temos onde morar, nossas coisas ficarão na rua sem ter onde colocá-las. Gostaríamos que a prefeitura e o governo se sensibilizassem com a nossa situação, temos filhos, não temos dinheiro para pagar aluguel, nossas coisas estão todas lá e todos nós estamos desamparados e sem saber o que fazer".

Durante a ação, não houve nenhum tumulto, apenas uma prisão por uso de drogas no local, e o indivíduo foi conduzido para uma unidade policial.

# 202 anos de fundação do Tribunal de Justiça do MA

Em comemoração aos seus 202 anos de instalação, no dia 4 de novembro, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) – a terceira mais antiga Corte do país – homenageará magistrados, servidores e personalidades que prestaram relevantes serviços à Justiça com as medalhas Bento Moreira Lima, Cândido Mendes e Antônio Rodrigues Vellozo. A “Medalha dos Bons Serviços Bento Moreira Lima” é destinada a magistrados maranhenses com 10 e 20 anos de anos de serviço no Judiciário. Com 20 anos, serão condecorados os juízes José dos Santos Costa e José Brígido da Silva Lages. Pelos 10 anos de serviço, receberão

a medalha Gláucia Helen Maia de Albuquerque, Lucio Paulo Fernandes Soares, Débora Jansen Castro Trovão, Nirvana Maria Mourão Barroso, Pedro Guimarães Júnior, Jerusa de Castro Duarte Mendes Fontenele Vieira, Ana Gabriela Costa Everton e Edilza Barros Ferreira Lopes Viégas. A concessão foi aprovada durante a sessão administrativa do Órgão Especial de ontem (21).

Outras 23 personalidades e autoridades receberão as medalhas “Cândido Mendes” e “Antônio Rodrigues Vellozo”, em reconhecimento pela prestação de relevantes serviços à Justiça.

## Medalha

Em comemoração aos seus 202 anos de instalação, no dia 4 de novembro, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) – a terceira mais antiga Corte do país – homenageará magistrados, servidores e personalidades que prestaram relevantes serviços à Justiça com as medalhas Bento Moreira Lima, Cândido Mendes e Antônio Rodrigues Vellozo. Outras 23 personalidades e autoridades receberão as medalhas “Cândido Mendes” e “Antônio Rodrigues Vellozo”, em reconhecimento pela prestação de relevantes serviços à Justiça.

**TJMA  
decide  
extinguir  
Órgão  
Especial  
e retoma  
sessões  
Plenárias**

**PAG. 2 [C1]**

# TJMA decide extinguir Órgão Especial e retoma sessões Plenárias

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em sessão administrativa ontem (21), decidiram unanimemente extinguir o Órgão Especial para retomar as sessões de julgamento pelo Plenário da Corte – com a totalidade dos desembargadores. O Projeto de Lei segue para apreciação da Assembleia Legislativa e posterior sanção governamental, período no qual as sessões permanecem no formato do Órgão Especial. O Órgão Especial foi criado pela Lei Complementar nº 160/2013. É composto por 15 membros e reúne-se com

a presença de, no mínimo, nove desembargadores, com o presidente e o corregedor enquanto membros natos. Com a mudança, todas as atribuições e competências administrativas e jurisdicionais transferidas ao Órgão Especial serão retomadas pelo Plenário do TJMA. A proposta de extinção foi feita por um grupo de desembargadores e aclamada na sessão, sob os argumentos de garantir a participação de todos nas decisões administrativas e jurisdicionais de interesse da sociedade e do próprio Tribunal de Justiça.

## Fórum

“Mulheres de Atitude”. Esse é o tema do XIII Fórum da Mulher Empresária, que acontecerá no dia 28 de outubro, das 16h às 21h, no auditório da Associação Comercial do Maranhão. O evento, que é promovido pelo Conselho da Mulher Empresária da ACM, trará uma programação para o público feminino, mas também para o público masculino. O início do evento terá o painel “Mulher Empreendedora, Mulher de Atitude”, com a participação da empresária Márcia Nadler, da psicóloga Vera Jordão, da juíza Oriana Gomes, sendo mediado pela jornalista Adriana Vieira. Em seguida o palestrante Dill Casella, ministrará a palestra magna do evento, Atitude e Altitude, baseada em uma obra literária de sua autoria. As inscrições serão feitas no local com a doação de kits de higiene pessoal (escova de dentes, creme dental, sabonete e hidratante) para as crianças do instituto Aldenora Belo.

**Pio XII**

# Quatro conselheiros tutelares são impedidos de tomar posse

Acolhendo pedido de Ação Civil Pública para declaração judicial de inidoneidade, ajuizada pelo Ministério Público do Maranhão, a Justiça determinou, em caráter liminar, na segunda-feira (19), que as candidatas Ivanice Maria de Lima Silva, Maria Rita Pereira, Nádia Silva e Thalita Carulina do Nascimento e Nascimento, eleitas para o Conselho Tutelar de Pio XII, não tomem posse, enquanto a ação não for julgada definitivamente. Consta nos autos que as candidatas eleitas utilizaram condutas vedadas e ilícitas, violando o processo eleitoral. Propôs a ação o promotor de Justiça Diógenes Portela Sabóia Soares Torres. Proferiu a decisão o juiz Raphael Leite Guedes. Na decisão, o juiz confirmou a existência de fortes indícios de que as candidatas Maria Rita Pereira,

Nádia Silva e Thalita Nascimento formaram uma chapa, tendo se vinculado à entidade Colônia dos Pescadores para garantir a eleição, caracterizando prática de abuso de poder político e institucional durante o processo de escolha dos conselheiros. Já Ivanice Maria de Lima Silva recebeu apoio do presidente e membro integrante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, inclusive com pedido de votos e promoção da candidatura. “São fatos graves que merecem guarida pelo Poder Judiciário”, afirmou o juiz. Em caso de descumprimento, foi determinado que o prefeito e o presidente do Conselho Tutelar paguem multa diária de R\$ 5 mil, além da responsabilização criminal por desobediência e caracterização de ato de improbidade administrativa. *(Ascom MPMA)*

# Central de Conciliação de Precatórios negocia acordos em dívidas judiciais

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão apreciou, na sessão desta quarta-feira (21), a criação da Central de Conciliação de Precatórios, com o objetivo de negociar acordos entre credores e devedores em dívidas da fazenda pública resultantes de ações judiciais.

A Central de Conciliação de Precatórios foi instituída pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, em junho deste ano, por meio da Resolução nº 21/2015,

para concretizar a quitação das requisições de pagamento expedidas pelas varas judiciais, conforme os prazos e limites legais e as recomendações do Conselho Nacional de Justiça. Na sessão, o colegiado referendou a criação do órgão.

De acordo com decisão do Supremo Tribunal Federal, precatórios pendentes de liquidação poderão ser negociados por meio de acordo entre as partes, obedecendo à ordem de precedência dos credores e à lei

própria da entidade devedora, com redução máxima de 40% do valor do crédito atualizado.

## **PORTARIA**

A implantação do órgão será disciplinada pela presidência do TJMA por meio de portaria que definirá a estrutura, normas e os procedimentos que serão adotados para o seu funcionamento. As conciliações serão mediadas sob a orientação do presidente do Tribunal com o auxílio de um juiz de direito gestor dos precatórios, que atuará como conciliador.

### **Sistema inovador (I)**

Um sistema inovador implantado de forma pioneira no cartório do 1º ofício de São Luís vai facilitar a vida de milhares de usuários dos serviços cartorários.

Trata-se da adoção da tecnologia Piql de armazenamento de dados em formato binário baseada em película de 35mm, a mesma utilizada em produções cinematográficas.

A tecnologia permitiu resumir em cinco rolos de filme um arquivo com mais de 3 milhões de páginas e que ocupa um prédio inteiro no Centro da capital maranhense.

### **Sistema inovador (II)**

Com o sistema, o cidadão vai ganhar em segurança e agilidade, tendo facilitada a obtenção de documentos.

A Corregedoria da Justiça, responsável pela fiscalização e acompanhamento dos serviços cartorários, incentiva a medida como forma de melhoria dos serviços ofertados à população.